

As escolas do campo, das águas e das florestas na pandemia de Covid-19: dificuldades e estratégias no ensino remoto emergencial

 Graziela Del Monaco¹,  Janaine Zdebski da Silva²,  Antony Josué Corrêa³,  Valter de Jesus Leite⁴

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Departamento de Educação do Campo/Centro de Ciências da Educação. Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n. Trindade. Florianópolis – SC. Brasil. ² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. ³ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. ⁴ Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

RESUMO. Este artigo investigou as dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo, das águas e das florestas, em diferentes regiões do país, para garantir o acesso à Educação Básica na pandemia de Covid-19, bem como analisou as estratégias pedagógicas utilizadas durante o ensino remoto emergencial, com destaque ao uso das redes sociais. Os dados provêm da pesquisa interinstitucional intitulada *Educação e escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19*, desenvolvida entre os anos de 2020 e 2023. Foram coletados dados nacionais através de questionário *on-line* e entrevistas por videochamada e os sujeitos entrevistados foram trabalhadoras e trabalhadores das escolas do campo em 2020. O artigo utiliza dados quantitativos dos questionários para traçar o perfil dos entrevistados e dados qualitativos das entrevistas para destacar dificuldades e estratégias na prática escolar. Foram identificadas diversas dificuldades no ensino remoto, com destaque para a falta de internet e de equipamentos adequados, comprometendo o acesso às plataformas digitais. Outras dificuldades apontadas relacionam-se ao uso da estratégia de materiais impressos e o comprometimento do processo de ensino e aprendizagem a partir da necessidade de realizar o ensino remoto. Notavelmente, as redes sociais foram utilizadas como uma estratégia de suporte para facilitar o “ensino” e a aprendizagem.

Palavras-chave: ensino remoto, escola do campo, pandemia do coronavírus.

Rural, water and forest schools in the Covid-19 pandemic: difficulties and strategies in emergency remote teaching

ABSTRACT. This article investigated the difficulties faced by rural, water and forest schools, in different regions of the country, to guarantee access to basic education during the Covid-19 pandemic, as well as analyzing the pedagogical strategies used during emergency remote teaching, with emphasis on the use of social networks. The data were obtained through interinstitutional research entitled *Education and rural schools in times of the Covid-19 pandemic*, developed between the years 2020-2023. National data were collected through an online questionnaire and interviews via video call. The subjects interviewed were workers from rural schools in 2020. The article uses quantitative data from questionnaires to profile the interviewees and qualitative data from interviews to highlight difficulties and strategies in school practice. Several difficulties in remote teaching were identified, with emphasis on the lack of internet and adequate equipment, compromising access to digital platforms. Other difficulties highlighted are related to the use of the printed materials strategy and the compromising of the teaching and learning process due to the need to carry out remote teaching. Notably, the social networks were used as a support strategy to facilitate “teaching” and learning.

Keywords: remote teaching, rural school, coronavirus pandemic.

Escuelas rurales, hídricas y forestales en la pandemia de Covid-19: dificultades y estrategias en la enseñanza remota de emergencia

RESUMEN. Este artículo investigó las dificultades que enfrentan las escuelas rurales, de las aguas y forestales, en diferentes regiones del país, para garantizar el acceso a la educación básica durante la pandemia de Covid-19, así como analizar las estrategias pedagógicas utilizadas durante la enseñanza remota de emergencia, con énfasis en el uso de las redes sociales. Los datos se obtuvieron a través de la investigación interinstitucional titulada *Educación y escuelas rurales en tiempos de la pandemia Covid-19*, desarrollada entre los años 2020-2023. Los datos nacionales se recolectaron a través de un cuestionario en línea y entrevistas vía videollamada. Los sujetos entrevistados fueron trabajadores de escuelas rurales que trabajaron en estas escuelas durante el año 2020. El artículo utiliza datos cuantitativos de cuestionarios para perfilar a los entrevistados y datos cualitativos de entrevistas para resaltar dificultades y estrategias en la práctica escolar. Se identificaron varias dificultades en la enseñanza remota, con énfasis en la falta de Internet y de equipos adecuados, comprometiendo el acceso a plataformas digitales. Otras dificultades destacadas están relacionadas con el uso de la estrategia de materiales impresos y el compromiso del proceso de enseñanza y aprendizaje por la necesidad de realizar la enseñanza remota. En particular, se utilizaron las redes sociales como estrategia de apoyo para facilitar la “enseñanza” y el aprendizaje.

Palabras clave: enseñanza remota, escuela rural, pandemia de coronavirus.

Introdução

No ano de 2020, a pandemia do coronavírus impactou a humanidade em escala global pela letalidade do vírus até então desconhecido por boa parte da população, como também evidenciou as desigualdades sociais e econômicas no acesso a estruturas e distribuição de recursos que garantiriam segurança sanitária e o provimento das necessidades básicas para a vida. O aprofundamento da financeirização e da austeridade e a precarização das relações de trabalho e vida tornaram as populações em vulnerabilidade ainda mais expostas. Tais impactos foram expressos na vida cotidiana desses sujeitos no acesso a direitos básicos que conferem dignidade, como o acesso à saúde, moradia e educação (Tricontinental, 2020, 2021; Saviani & Galvão, 2021). Daremos destaque neste texto aos impactos na educação dos povos do campo, das águas e das florestas.

Durante os anos de 2021 e 2022, é possível observar que as desigualdades se exacerbaram ainda mais. Ficou evidente esta desigualdade também no que se refere à distribuição e compra das vacinas para combater o vírus da Covid-19, como aponta o levantamento da ONU (ONU, 2022), pois das 10,7 bilhões de doses distribuídas mundialmente, apenas 1% havia sido administrada em países de baixa renda, o que mostra que 2,8 bilhões de pessoas ainda não haviam recebido sua primeira dose da vacina.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2020), seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), recomendou o distanciamento social como uma importante medida no controle das infecções e mortes decorrentes da Covid-19. O reflexo na educação foi o cancelamento das aulas presenciais e o estabelecimento do ensino remoto. As orientações das redes estaduais e municipais de ensino, de modo geral, seguindo a Medida Provisória nº 934 de 01/04/2020 (Brasil, 2020), estabeleceram o ensino remoto emergencial. O uso de dispositivos eletrônicos (computadores, *tablets* e celulares) e da internet, para acessar as plataformas digitais e as redes sociais, seriam os principais meios para a manutenção das atividades escolares.

A rápida definição do ensino remoto por meio da internet não garantiu as estruturas públicas mínimas, evidenciando ainda mais as desigualdades do país, em especial, revelou as dificuldades da falta de acesso à internet e às tecnologias. De acordo com o documento produzido pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN, 2020), 4,5 milhões de brasileiros não tinham acesso à internet banda larga em

2019. Particularmente em relação à realidade dos sujeitos do campo, mais de 50% das casas da área rural não possuíam acesso à internet (ANDES-SN, 2020).

Tal contexto intensificou a precariedade do ensino e mais ainda para os sujeitos do campo que historicamente já sofrem, em alguma medida, desigualdades de diferentes naturezas para acessar a Educação Básica.

Estabelecendo relações entre o capitalismo, a educação, as escolas do campo e a pandemia, o presente artigo buscou identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo, das águas e das florestas, em diferentes regiões do país, durante a pandemia de Covid-19, bem como analisar as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino remoto emergencial, com destaque ao uso das redes sociais.

A produção deste artigo está no bojo da pesquisa intitulada *Educação e escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19*, realizada entre 2020 e 2023, pela Rede Latino-Americana de Estudos e Pesquisas Marxistas em Educação do Campo. O estudo investigou as condições da educação e das escolas nas comunidades do campo, das águas e das florestas durante o período pandêmico, observando aspectos referentes à educação, ao trabalho, à saúde e às demais condições de sobrevivência e produção da vida (Janata et al., 2020).

A perspectiva de análise da pesquisa se sustentou em princípios metodológicos do materialismo histórico dialético e, dessa forma, fez-se necessário identificar as contradições e as múltiplas determinações que se relacionam com a problemática da investigação, considerando as mediações existentes entre sua particularidade e universalidade. Assim, para analisar os dados gerados na pesquisa, os investigadores se organizaram em grupos temáticos que buscaram articular as categorias da totalidade que se relacionam com a temática geral da pesquisa, assim como a especificidade de temas singulares que emergiram ao longo do processo de coleta de dados e da pesquisa bibliográfica (Janata et al., 2020).

A abordagem da pesquisa caracterizou-se como qualitativa e optou-se também por realizar a coleta de dados quantitativos, de modo que os dados gerados por diferentes meios possibilitassem a análise sobre a totalidade do fenômeno investigado de forma sistematizada (Minayo, 2008).

Como procedimentos metodológicos realizou-se a pesquisa bibliográfica em conexão com a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica contribuiu com a compreensão do surgimento do novo coronavírus e de que modo a doença se tornou pandêmica, bem como dos impactos para as sociedades humanas, em especial aos sujeitos, à educação e às escolas do

campo. As atividades de campo se deram por meio de aplicação de questionário e realização de entrevistas realizadas com estudantes e egressos das Licenciaturas em Educação do Campo, da Pedagogia Indígena e das Pedagogias para Educadores do Campo. Ambas as atividades ocorreram de modo remoto, pois a coleta de dados se deu entre os anos de 2020 e 2021, período em que as universidades e escolas da Educação Básica encontravam-se em atividade remota devido à necessidade de isolamento social como medida para evitar a propagação do coronavírus (Janata et al., 2020).

O questionário eletrônico alcançou 33 instituições federais e estaduais de ensino em todo o país, abrangendo 645 pessoas, das quais 382 eram estudantes e 263 eram egressos dos cursos anteriormente citados. Destaca-se que, desse total, 140 pessoas são trabalhadores e trabalhadoras da educação em escolas do campo em 2020/2021. Dos dados obtidos foram selecionados os sujeitos para a participação nas entrevistas, a partir da relação entre a identidade dos sujeitos respondentes e a identidade das escolas em que atuavam como profissionais de educação em 2020 e 2021. Chegou-se ao seguinte conjunto de escolas: Escolas do Campo (Assentamento, Comunidades Rurais, Itinerantes, Escola Família Agrícola); Escolas Indígenas; Escolas Quilombolas; Escolas das Ilhas; e Escolas em Sede de Municípios que atendem populações do campo, das águas e das florestas.

Todas as 19 entrevistas foram realizadas de modo remoto e os dados gerados foram sistematizados através de uma matriz na qual se organizou as diferentes informações em categorias analíticas e temas da pesquisa. Destacamos as categorias analíticas definidas a serem analisadas neste artigo, a saber: tipos de contato escola-estudantes/famílias; formato de ensino durante a pandemia; estratégias metodológicas e o ensino durante a pandemia; acompanhamento de estudantes e evasão; e condições dos estudantes de acesso à internet.

Para o desenvolvimento do artigo, os dados quantitativos gerados nos questionários foram utilizados principalmente para traçar o perfil dos sujeitos entrevistados, e os dados qualitativos das entrevistas, por sua vez, revelaram as dificuldades e estratégias utilizadas na prática escolar. Nas seções de análise dos dados foram utilizados excertos das entrevistas realizadas com as/os trabalhadores/as das escolas. Seus nomes foram mantidos no anonimato, sendo identificados pelo tipo de escola onde trabalharam nos anos de 2020/21. Nas seções seguintes serão apresentados o perfil dos participantes, as dificuldades enfrentadas e a análise das estratégias realizadas e, por fim, as considerações finais.

Perfil das trabalhadoras e trabalhadores das escolas do campo entrevistadas/os

As entrevistas foram realizadas com 19 pessoas, predominantemente mulheres, que representam mais de 50% das pessoas entrevistadas, com a expressão de onze mulheres e oito homens. Quanto à faixa etária, 84,21% (16 pessoas) concentram-se de 21 até 40 anos, estando os outros 15,79% (três pessoas) na faixa etária de 41 até 60 anos.

Quanto à cor, entre as pessoas entrevistadas há predominância de pessoas autodeclaradas como pretas e pardas, 11 pessoas, o que corresponde a 57,89%. Há três indígenas (15,79%), quatro pessoas brancas (21,05%) e uma pessoa amarela (5,26%).

Quanto à sua identificação, oito pessoas assinalaram agricultor/a, das quais cinco (26,32%) se identificaram como agricultores/as em áreas de Reforma Agrária e três (15,79%) como agricultores/as familiares. Três pessoas (15,79%) se identificaram como indígenas pertencentes às etnias Guarani, Kaingang e Xetá. Três pessoas (15,79%) se identificaram como urbanos/as e duas pessoas (10,53%) como quilombolas. Participaram da entrevista uma pessoa (5,26%) que se identificou como sujeito de comunidade de Fundo/Fecho de pasto, uma (5,26%) como pescador/a e uma (5,26%) como caçara.

Das pessoas entrevistadas, há predomínio de pessoas residentes no estado do Paraná, com um total de 10 pessoas (52,63%). Duas pessoas (10,53%) residem em Santa Catarina, duas no Pará e duas na Bahia. Tivemos uma pessoa (5,26%) do Rio Grande do Sul, uma do Mato Grosso e uma do Espírito Santo.

As dificuldades enfrentadas pelas diferentes escolas

A necessidade de isolamento social para evitar a propagação do coronavírus levou ao cancelamento das aulas presenciais. Diante disso, o caminho majoritário que se estabeleceu para as escolas, de modo geral, foi a incorporação do ensino remoto através do uso de internet e das plataformas digitais. Nas entrevistas realizadas, o acesso à internet e a disponibilidade de equipamentos adequados foi apontado como complicador na realização do ensino remoto por meio das plataformas digitais, como pode ser visto nestes excertos:

... grande parte dos alunos aqui não tem acesso à rede, à internet, um exemplo, e se tiver acesso, no máximo que toca o seu aparelho celular é *WhatsApp*. (Escola urbana que atende assentados do MST, PR, 09/09/2021).

Aí, entra o xis da questão: os nossos alunos não têm condições, eles não têm acesso, então, vamos dizer que de 300 alunos, ali, desses 300, 50 vai ter celular, e desses 50 que têm celular, ainda nem sempre o celular é deles, por exemplo, pega emprestado do pai ou da mãe, né? Então, é uma realidade totalmente diferente. *Notebook*, vai ter o que, um, dois ou três alunos que vai ter *notebook*. Na maioria não tem... (Escola de Assentamento MST, PR, 24/04/21).

O principal meio estabelecido para realizar o ensino remoto já desponta como um grande complicador para o desenvolvimento das atividades pedagógicas com um mínimo de qualidade. A partir das entrevistas, foi possível identificar que havia comunidades rurais que não tinham, naquele período, internet com qualidade suficiente para o uso das plataformas digitais, tampouco as famílias e os estudantes possuíam equipamentos apropriados para realizar as atividades de ensino de modo remoto.

... aquilo que o Estado diz que a gente tem, né, que seria uma aula em tempo real pro estudante. Primeiro, porque o estudante não tem uma tecnologia que possa absorver um vídeo em tempo real, né? Porque muitas vezes é aquele celularzinho beeem, né, tem alguns que tem um celular top lá, mas dá pra contar na ponta do dedo de uma mão, né? (Escola de Ilha, PR, 03/05/21).

Em muitos casos, a internet sequer existe, como no exemplo extraído de uma entrevista realizada com um educador do Pará: “O Governo do Estado disponibilizou *chip* com internet para os alunos, mas não funcionou, pois não havia computador e sinal de internet nas comunidades.” (Escola SEDE que atende Ribeirinhos, PA, 17/09/21). Destaca-se que, além de acessar equipamentos para realizar as atividades remotas através da internet, a pesquisa revelou que tinham estudantes que viviam em comunidades em que não havia energia elétrica.

Nem todos os alunos dispõem de um equipamento digital, celular ou computador, nem todas as casas do nosso município de nossos alunos, em especiais do [nome da escola], chegava a ter alunos que não tinha energia na casa. (Escolas Sede do município que atende camponeses e quilombolas, BA, 13/09/21).

Diante da dificuldade de acesso à internet, a opção foi utilizar as redes sociais, evidenciando-se de modo majoritário o uso do *WhatsApp*, no entanto, essa forma de comunicação nem sempre tinha o uso autorizado pelas redes de educação, como o caso relatado por um educador de escola de sede de Santa Catarina, que atende estudantes do campo. “A Gered [Gerência Regional de Educação] não queria que os professores atendessem os estudantes via *WhatsApp*, mas não tinha muito como atender os alunos só pelo *meet* ou eles não colocavam as dúvidas no *classroom*.” (Escola de Sede que atende estudantes do campo, SC, 09/04/21).

Os dados resultantes do questionário também revelaram que as dificuldades apontadas pelos educadores sobre o acesso à internet e equipamentos inapropriados para o uso das plataformas digitais eram uma realidade na vida dos próprios trabalhadores e trabalhadoras das escolas do campo entrevistadas. O levantamento realizado mostrou que todos eles utilizavam celulares como equipamento de acesso à rede de internet. Dentre eles, cinco utilizavam como equipamento único de acesso, 14 utilizavam celulares e computadores, e apenas um utilizava também um *tablet*. A partir dos mesmos dados provenientes do questionário, levantou-se a hipótese de que, do universo de participantes, aquelas pessoas que se identificam como indígenas teriam mais dificuldade para acessar a internet e os equipamentos eletrônicos. A análise estatística confirmou a hipótese e a pesquisa revelou que todos os sujeitos indígenas participantes da pesquisa acessavam a internet via celular, embora a diferença para os outros grupos não seja significativa, é pior que a dos demais sujeitos do campo. Destaca-se que um educador que trabalha em uma escola indígena da etnia Guarani fez toda a entrevista por meio de trocas de mensagens de *WhatsApp*.

Diante de tal realidade, as escolas se mobilizaram para encontrar meios de enfrentar as dificuldades apontadas anteriormente, como relatou uma educadora de escola do campo de Minas Gerais: “uma demanda nossa porque aí nós falamos pro diretor: ‘tem que dar um jeito de chegar alguma coisa para os nossos meninos que estão lá nas grotinhas’, vamos dizer assim, onde não tem nem sinal de celular” (Escola do Campo, MG, 23/11/21). Além da dificuldade de acesso à internet e diante da incerteza de quando seria seguro o retorno das aulas presenciais, o meio encontrado por todas as escolas para que as aulas não fossem completamente canceladas foi adotar o uso de materiais impressos. A partir desta estratégia, surgiram outras dificuldades, tais como a elaboração de material impresso de baixa qualidade do ponto de vista pedagógico.

Nós fizemos uma atividade que, meu Deus do céu, ficou muito horrível. Eu, olhando hoje as primeiras, assim, a instrução, porque também tinha esse negócio de economizar com folha, a instrução era uma página por componente pros alunos. (Escola de Reassentamento, PR, agosto/2021).

Além da qualidade, o processo de ensino e aprendizagem por meio de atividades impressas foi apontado em uma das entrevistas como mais um complicador, pois requeria do estudante certa autonomia de estudo que não foi desenvolvida por todos.

... claro que tem lá uma porcentagem dos alunos que são autodidatas, que vão pesquisar e tudo mais, que ficam incomodando os professores pelo *WhatsApp*, mas sabemos que a grande maioria dos alunos não são assim. Então, essa parte impressa foi complicado. (Escola urbana que atende assentados do MST, PR, 09/09/2021).

Outra dificuldade apontada foi a falta de recurso para realizar as impressões dos materiais e a necessidade de as educadoras e educadores arcarem com os custos dos materiais com recursos próprios. “Só que neste último período que a gente teve agora, a Secretaria omitiu repassar esse material para gente. Tivemos que puxar do próprio bolso e levar esse material pro aluno.” (Escola na Sede que atende Ribeirinhos, PA, 17/09/2021).

Também como dificuldade apontou-se o próprio envio das atividades impressas aos estudantes e o retorno às escolas e, após a correção das atividades feitas, o retorno novamente aos estudantes, como no exemplo destacado da entrevista realizada com uma educadora Kaigang: “Não recebi todas [as atividades], muitas vezes fui buscar as atividades e para tirar dúvidas também, realizava a correção e já dava a nota.” (Escola Kaigang, PR, 01/09/2021). A mesma educadora destacou que, além da dificuldade de acesso à internet, havia a necessidade de os materiais serem elaborados na língua materna dos estudantes.

No início foi difícil a organização do envio de atividades pela questão de trabalhar a oralidade da língua materna na modalidade escrita. Durou uns três meses de totalmente suspensão de aulas. No retorno das atividades remotas foram impressas e não *on-line*. E, atualmente, continua dessa forma, sem a utilização de computador ou acesso à internet... As disciplinas foram ministradas em português e dificulta a interpretação, a equipe pedagógica não aceita facilitar as atividades para o português, e a realidade dos alunos por estarem utilizando apenas a língua materna é grande. Após essas constatações, os professores de língua materna foram até a escola e chamaram os alunos com mais dificuldades, e nas áreas das exatas até esses têm suas limitações, pois não têm a formação nessa área, tornando-se um desafio. (Escola Kaigang, PR, 01/09/2021).

Nos excertos expostos foi possível identificar que o envio dos materiais aos estudantes colocou as trabalhadoras e os trabalhadores das escolas, familiares e estudantes em risco de contaminação do coronavírus, como destacado na entrevista com um educador de Escola Indígena da etnia Guarani: “E durante essas atividade impressa teve complicações sim, algumas professoras da aldeia teve infectado, né? Daí, quando tá assim a gente tem que fica em casa, né?” (Escola Indígena Guarani, PR, 10-20/09/2021).

O envio das atividades foi a forma pela qual todas as escolas mantiveram-se efetivamente funcionando. Embora tenha se configurado como uma atividade arriscada do ponto de vista sanitário, foi a maneira encontrada para sustentar a escola “viva”, mesmo que de forma questionável, foi possível manter os trabalhos e a conexão entre escola e estudantes,

e essa ação foi viabilizada a partir do trabalho conjunto das trabalhadoras e trabalhadores das escolas e da comunidade.

O ensino remoto implicou a necessidade de as famílias realizarem a mediação da aprendizagem dos conteúdos. Tal situação foi identificada como outro obstáculo ao longo do processo, pois muitas vezes os familiares responsáveis por acompanhar os estudos das crianças e adolescentes tinham dificuldades por não possuírem conhecimentos escolares que possibilitassem a compreensão dos conteúdos apresentados de modo a contribuir com a mediação da aprendizagem.

Daí a gente começou pensar que não é só mandar uma atividade, você tinha que ter uma folha explicando, retomando aquele conteúdo porque o pai não sabe aquele conteúdo, talvez até o filho saiba, mas é o pai que vai ajudar. (Escola de Reassentamento, PR, agosto/2021).

Os dados das entrevistas também revelaram que realizar as atividades pedagógicas fora do contexto escolar, sem a mediação do educador de modo presencial e sem a presença dos colegas de turma, comprometeu a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. “Nenhuma tecnologia substitui o professor em sala de aula... esses alunos estavam adormecidos.” (Escola de Assentamento MST, MT, 26/08/2021). Há entrevistas que apontam a dificuldade de abordar os conteúdos de modo remoto, ou pela complexidade do componente curricular, ou por sua natureza empírica, ou por se tratar de conteúdos que somente poderiam ser abordados de modo presencial, como no caso de escolas de nível médio, cujo currículo apresenta componentes curriculares essencialmente de campo.

As atividades interdisciplinares também que são previstas né, tipo, pra acontecer presencialmente com acompanhamento dos monitores todos os dias ali de pertinho, tentando ajudar, tudo isso teve que ser feito à distância e aí acaba que não atinge aquilo que de fato devia atingir, né? (EFA, BA, 12/05/2021).

No contexto de escolas indígenas, foi identificada a dificuldade em realizar as atividades fora do contexto escolar.

Naquela época de atividade impressa as criança não queriam mais fazer, ‘ah, que de novo’, eles também não têm essa mania de receber atividade dentro na casa, eles sabem que estão na sua casa pra brincar. Mas agora na escola eles sabem que tá tudo bem. (Escola Indígena Guaraní, PR, 10-20/09/2021).

O desânimo é apontado em muitas entrevistas como uma dificuldade do ensino remoto, assim como a perda do ritmo e a rotina de estudos que a escola impunha.

Essa é uma preocupação, como a gente vai fazer a cada dia pra ir resgatando eles, porque agora é um resgate mesmo, porque eles já estão cansados. Eles já não querem mais fazer atividade *on-line*, não querem mais responder, não querem mais ler... Então, nós temos que ir todo dia pensando numa nova dinâmica, pensando numa nova forma de cativar eles pra que eles não saiam da escola. (Escola de Assentamento MST, Escola B, PR, 24/04/2021).

A evasão de jovens, principalmente do Ensino Médio, foi uma das dificuldades apontadas em entrevistas, seja por causa da demanda de trabalho nas unidades produtivas familiares, seja pela necessidade de complementar a renda familiar, seja pela necessidade de mudança para outros estados e municípios devido a fatores econômicos que o período impôs.

... Ensino Médio que é o [identificação do curso] que tem mais dificuldade, nós tivemos muito um grau de evasão ainda nessa turma, de [identificação do curso], os motivos a gente fez o levantamento, tem dois motivos principais: o primeiro tem a ver com acesso mesmo, a maioria são educando das áreas de acampamento, assentamento, a internet é via dados móveis... Mesmo fazendo, então, acesso, então é outro tempo, é outra condição, é outro ambiente educativo naquilo que a gente acredita para poder se concentrar, é outra demanda e tal isso causou bastante evasão nessa turma. (Escola que atende Assentados e Acampados MST, RS, 09/09/2021).

De acordo com um educador do Paraná, de Escola de Ilha: “Eu vejo assim que nesses dois últimos anos houve um retrocesso muito grande na Educação do Campo, em pequenas conquistas que nós tínhamos aqui, como nosso calendário diferenciado.” (Escola do Campo em Ilha, 03/05/2021). Os dados das entrevistas reforçam, portanto, que para os sujeitos do campo, das águas e das florestas, os efeitos da pandemia foram mais intensos, com destaque para os sujeitos indígenas, que dentre as escolas do campo identificadas neste estudo, foram as mais afetadas. Diante das inúmeras dificuldades enfrentadas durante o estabelecimento do ensino remoto, identificadas a partir das entrevistas, o uso da internet revelou-se como o principal meio para mediar o processo de ensino e aprendizagem de modo remoto. Contudo, a falta de qualidade da internet (em muitos casos, a sua ausência) associada à falta de equipamentos adequados, se mostrou como um grande limitador do processo por essa via. Ainda assim, o telefone celular e o uso da rede social *WhatsApp* se mostraram como os principais meios de comunicação entre escolas e famílias.

Na próxima seção, serão apresentadas as estratégias utilizadas pelas escolas para promoverem, no contexto de tamanha crise, atividades educativas que almejavam alguma qualidade, e será analisado mais profundamente o uso do celular e da rede social *WhatsApp* como meios utilizados por grande parte das escolas participantes desta pesquisa.

Estratégias metodológicas utilizadas durante a pandemia por trabalhadores e trabalhadoras das escolas do campo

Ao mapear as estratégias metodológicas trazidas pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação das escolas do campo durante as entrevistas, utilizadas no período pandêmico, identifica-se que lançaram mão de diversas possibilidades, dentre as quais destacamos: o uso das redes sociais, criação de grupos pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, envio e retirada de material impresso, vídeos, ligações, uso do pacote *google suíte - google meet, classroom, etc.* -, aulas síncronas, aulas gravadas, contato por e-mail, *youtube*, jogos virtuais, fórum de discussão virtual, plano de estudo, estudo dirigido, uso de plataformas disponibilizadas pelos governos de estado, trilhas de aprendizagem, alternância prolongada, atividades mais individuais, reforço no contraturno, pesquisa, busca ativa dos estudantes, plantão pedagógico, atividades por módulos formativos, atividades por área de conhecimento, *lives* e presença de um grupo reduzido de estudantes na escola com distanciamento social.

Considerando a amplitude das estratégias utilizadas, problematizamos nesta parte do texto o uso do aplicativo *WhatsApp*, uma rede social que, mesmo diante das condições materiais impostas, a princípio, pela precariedade de acesso à internet e pela falta de equipamentos tecnológicos adequados, foi utilizada como ferramenta na tentativa de estabelecer a mediação do processo de ensino e aprendizagem. Um elemento comum nas entrevistas refere-se à necessidade de pensar inicialmente estratégias de comunicação com os estudantes e suas famílias.

Ao passo que a pandemia se instalou no mundo e no Brasil, foram necessárias estratégias não presenciais de comunicação entre as pessoas nas diversas esferas da vida, e nos processos de escolarização não foi diferente. As estratégias remotas ganharam proporções gigantescas, com diversas complicações e limitantes quando falamos de escolas do campo, das águas e das florestas. A necessidade de comunicação remota se colocou devido à distância física que as casas e comunidades têm em relação à escola do campo. O distanciamento social exigiu a construção de estratégias locais que dessem conta de estabelecer um fluxo de informações, mesmo que limitado, entre a equipe da escola e os/as estudantes.

A necessidade de pensar estratégias de contato e de comunicação, colocada em algumas entrevistas, é justificada pela dificuldade de estudantes e suas famílias terem acesso a redes sociais que foram amplamente utilizadas para comunicação no período pandêmico. A ausência de acesso à internet e a falta de equipamentos que possibilitassem o contato não

presencial também fez com que algumas escolas adotassem a estratégia denominada de “busca ativa” dos estudantes.

Verificou-se que em espaços onde o vínculo da escola com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) era efetivo, as instâncias do Movimento também contribuíram para articular o contato, enviando informações e material aos estudantes. Na entrevista de uma educadora assentada, em atuação em uma escola de assentamento do MST no Paraná, ela comenta o papel das instâncias do Movimento no contato com as famílias:

Então, a gente teve um apoio bastante da comunidade pra ter um pouco esse retorno sabe, se fosse individual acredito que a gente teria bem mais perdas de contatos com as famílias; mas assim, foi acho que [material] impresso as próprias famílias vindo buscar, alguns a gente entregava e as outras a gente conseguiu ver a organicidade do próprio assentamento que a direção e coordenação aí das brigadas. (Escola de Assentamento MST A, PR, 31/08/2021).

A “busca ativa” também foi relatada pelo vice-diretor de uma escola da sede de um município da Bahia que atendia estudantes oriundos da zona rural, incluindo o público quilombola:

A gente tinha que ter todo esse jogo de cintura, então a diretora com o coordenador ia pra essa parte de carro com um professor, e eu desfrutava de uma moto e seguia de moto pras outras localidades que era um pouco mais complexa pra se fazer, que era algumas áreas de assentamento, algumas fazendas que tinha que chegar. (Escola da Sede que atende quilombolas, BA, 13/09/2021).

Essa fala reforça o fato de que os trabalhadores e trabalhadoras das escolas acabaram por assumir funções que não deveriam ser suas atribuições e que os colocaram em situação de risco, seja indo até as famílias em momento de recomendação de isolamento social, seja dirigindo carros e motos, muitas vezes particulares, para dar conta de fazer contato com os/as estudantes. Faz-se necessário compreender que nesse período todos os trabalhadores das escolas sofreram grande pressão e lidaram com essa realidade de diferentes formas e, mesmo não sendo objeto de análise deste trabalho, salienta-se que as condições e a precarização e intensificação do trabalho docente foram alarmantes.

Dentre as estratégias de contato, além do uso das redes sociais, seguida da “busca ativa” presencial nas casas dos estudantes por parte da equipe das escolas, também é citado o uso de uma rádio comunitária e de ligações telefônicas. Entretanto, verifica-se que, de forma demasiada, a estratégia mais mencionada pelos entrevistados é a dos grupos e contatos individuais via rede social, mais uma demanda assumida pelos trabalhadores e trabalhadoras

da educação da escola. Das 19 entrevistas analisadas, 13 fazem referência ao uso do *WhatsApp* como uma estratégia utilizada pela escola durante a pandemia.

Chama a atenção o fato de que além da comunicação direta para o envio de informes e diálogo da escola com os estudantes e suas famílias, essa rede social foi amplamente utilizada como uma estratégia de suporte para mediar de alguma forma o “ensino” e a “aprendizagem”, sendo tratada como um meio adaptado para o envio e exposição de conteúdos e para sanar dúvidas, tanto na forma de vídeos, áudios, videochamadas, e/ou envio de outros arquivos e materiais com conteúdos e atividades. Tal uso está evidente nas falas a seguir:

O contato com estudantes foi realizado principalmente pelo *WhatsApp* para comunicação e impressão de atividades. (Escola da etnia Xetá, PR, agosto/2021).

Trabalho pelo *Whatsapp*: fazia vídeo e encaminhava nos grupos de *WhatsApp*. (Escola de Assentamento MST, MT, 26/08/2021).

Disponibilizou o *WhatsApp* pra eles, se eles tivessem dúvidas, eles entravam em contato. (Escola Assentamento MST B, PR, 24/04/2021).

Então a gente tinha aí oito grupos de *WhatsApp*... com os alunos eram videochamadas em grupo. (Escola sede que atende Quilombolas, BA, 13/09/2021).

Mandava vídeo, mandava com explicação de uma determinada matéria, também pelo grupo de *WhatsApp*. (Escola de Reassentamento, PR, agosto/2021).

Pôde-se verificar que algumas escolas já possuíam, mesmo antes da pandemia, grupos de *WhatsApp* das turmas e famílias, mas fica evidente que o uso foi bastante ampliado, tornando-se cotidiano e, em muitos casos, a principal estratégia tomada como mediador no processo de ensino e aprendizagem remota. Um dos entrevistados, ribeirinho, educador de uma escola ribeirinha do estado do Pará, destacou a criação de grupos específicos de *WhatsApp*, por exemplo, para “fornecer material de orientação para estudar para o vestibular.” (Escola Ribeirinha, PA, setembro 2021).

Inferimos que o uso frequente do *WhatsApp* como estratégia de comunicação pelas escolas reflete a realidade social atual, em que tal aplicativo é popularizado no Brasil para todos aqueles que possuem celular do tipo smartphone. Pesquisa realizada pelo DataFolha em 2022, com uma amostra de pessoas de todas as regiões do Brasil e de todos os estratos sociais que acessam a internet, revelou que o aplicativo de relacionamento *WhatsApp* é a rede social utilizada por 92% dos entrevistados que disseram ser usuários de redes sociais (FOLHA, 2022). Ainda que não examinemos profundamente essa questão neste texto, cabe a reflexão

sobre o porquê desta rede social ser predominante em nosso país, e quais condicionantes traz para a educação. Um dos motivos aparentes para o uso da rede social é o fato de que algumas operadoras de telefonia permitem que o aplicativo vinculado a ela funcione sem consumir uma fração da franquia da rede de dados móveis.

Embora tenha um *layout* intuitivo e atrativo, de aparente fácil instalação, além de algumas benesses de acesso fornecidas por operadoras de telefonia, não podemos perder de vista que esse aplicativo é um produto fornecido por uma *big tech*, uma grande empresa de tecnologia que obtém seus lucros com a venda de dados e que investe amplos recursos para conquistar mercados, se consolidando como opções mais populares. Esse modo de funcionamento da empresa predatória está inserido no “capitalismo de dados” ou “capitalismo de plataforma” (Tricontinental, 2020, 2021).

A narrativa comercial construída é a da eficiência e simplicidade do aplicativo que naturalmente o tornaria popular, além de uma possível saída para suprir e/ou substituir relações de comunicação. Quando se aplica essa ideia ao ensino remoto na pandemia, quiçá a rede social desse conta de substituir o ensino e a aprendizagem de modo presencial! Entretanto, há uma construção e um condicionante econômico também subjetivo para essa popularização. Tem-se a criação da demanda para o uso do aplicativo em específico por parte de uma empresa que atua sobre a subjetividade das relações das populações, à medida que atua para reduzir e comprar serviços concorrentes, expandindo o domínio do mercado de dados e aplicativos de comunicação. Há diversas discussões sobre a regulação da atuação dessas empresas e o uso dessas redes sociais, mas o que não se pode negar é seu impacto na formação de hábitos de consumo e na educação.

O uso de um aplicativo privado pelas instituições públicas evidencia outro ponto que diz respeito ao avanço das empresas de tecnologia sobre o setor público de educação, do livre acesso a dados sensíveis de estudantes e trabalhadores do setor. Figurou-se como mais um golpe na educação pública, com o uso da pandemia para “experenciarmos” em larga escala as plataformas digitais, os instrumentos e práticas não presenciais para, passada a pandemia, avançar na imposição desse modo operante na Educação Básica (Freitas, 2020). A lógica empresarial e a expansão de mercado não garantem o acesso ao direito à educação, uma vez que não fornecem as estruturas básicas necessárias e que ainda são inexistentes nos territórios e regiões periféricas. Onde as escolas viram uma saída adaptada para comunicação, essas empresas viram uma oportunidade de expansão do mercado de dados com o uso de

plataformas na educação para integrar o crescimento exponencial do “capitalismo de plataforma” (Tricontinental, 2020) e intensificar as finalidades educativas neoliberais (Freitas, 2018).

Mesmo sabendo da ampla utilização do *WhatsApp* pela população em geral e por uma parte dos estudantes das escolas do campo, as redes municipais e estaduais de ensino e os trabalhadores e trabalhadoras da educação estavam cientes que nem todos possuíam disponibilidade de acesso a ela, seja por não ter acesso à internet e pela falta de equipamento, seja por condições ainda mais precárias, como já apontado na seção anterior que apresentou as dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto.

Além da falta de condições básicas e estruturas nas residências, compreende-se que a utilização do *WhatsApp* como uma ferramenta pedagógica deve ser problematizada. Ao mesmo tempo que tal rede social representa a possibilidade de estar em contato, de se comunicar com os estudantes, representa, também, a precarização do ensino e da aprendizagem nas escolas públicas. A análise aqui realizada coaduna com Saviani e Galvão (2021) ao discutirem sobre a educação na pandemia, utilizando a expressão “a falácia do ‘ensino’ remoto”. Ao situarem a palavra “ensino” entre aspas, os autores instigam a problematizar se de fato o que ocorreu naquele período pode ser considerado como um processo de ensino e aprendizagem. A problemática levantada propicia revisitar o próprio conceito de educação como capacidade inerentemente humana e interpessoal, e o conceito de trabalho educativo como ato complexo, intencional, organizado e que pressupõe uma relação interpessoal, com grande importância da presencialidade para tal, em especial na Educação Básica.

Ao refletir sobre as atividades desenvolvidas naquele período, a educadora que se identifica como Sem Terra assentada da Reforma Agrária e que, no período pandêmico, atuou como coordenadora político pedagógica de uma escola que atende assentados e acampados vinculados ao MST, no Rio Grande do Sul, traz uma reflexão parecida:

Já de cara dizer que não dá conta, não é jamais a mesma coisa que tu fazia na escola, ela é uma alternativa que a gente foi encontrando de orientação do estudo nesse tempo de pandemia, dos conteúdos principais, os materiais de leitura metodologia de como eles retornavam e a gente devolveia até onde eles conseguiram chegar, mas para nós está muito claro que no retorno presencial a gente vai ter que retomar a grande maioria dos estudantes. (Escola que atende assentados e acampados vinculados ao MST, RS, 09/09/2021).

Nesse contexto, uma entrevistada quilombola, educadora de uma escola de Ensino Médio também quilombola, ao ser indagada sobre as estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas na pandemia, respondeu: “Principalmente pela plataforma do *WhatsApp*. Onde entramos em contato com pais e estudantes para saber do desempenho dos alunos.” (Escola Quilombola, PR, 30/08/2021).

Uma possível análise a partir desta última fala é a compreensão desta rede social *WhatsApp* como sendo uma plataforma. Pontuamos que as plataformas são estratégias utilizadas que possuem um caráter diferenciado de rede social, comumente se fazem presentes nas atividades de Educação à Distância (EaD), que não é o caso das atividades remotas que precisaram ser adotadas pelas escolas durante a pandemia.

Outra questão preocupante se refere ao uso do *WhatsApp* para avaliar, para acompanhar, para saber do desempenho dos estudantes, no diálogo com os pais. O ato educativo é complexo e tal fala sintetiza, em alguma medida, a precarização que os processos educativos escolares tiveram no período. É importante salientar que os responsáveis e “culpados” por essa situação não são os trabalhadores e trabalhadoras das escolas, pelo contrário, eles também são as vítimas e foram muito afetados.

As escolas do campo e seus profissionais construíram essas estratégias visando não ter uma evasão ainda maior de estudantes e manter um mínimo de contato dos estudantes com a escola e um mínimo de contato deles com o conteúdo escolar, além de não perder os seus empregos. O presente estudo reforçou que as condições de vida da população do campo, o acesso à internet, livros e mesmo espaço adequado para estudo, não são, na maior parte das vezes, favoráveis ao desenvolvimento de atividades remotas, porém, foram as estratégias possíveis naquele momento e inclusive exigiram muito dos profissionais.

Essas estratégias foram as possíveis de serem realizadas em um momento em que se evidenciou um contexto de abandono do poder público federal, na gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), com um governo que não teve diretividade no que se refere à efetivação de políticas públicas que dessem conta de ouvir as trabalhadoras e os trabalhadores da educação das escolas e os pais e comunidades, e a partir disso construir ações pautadas nas necessidades das escolas do campo e das famílias.

Saviani e Galvão (2021, p. 37), ao se referirem à educação escolar na pandemia, destacam “o abandono do governo federal nas providências que precisariam ser tomadas”. Além da indisposição de projetar ações nacionais de escuta e construção de políticas públicas

aliadas à efetivação da educação como direito humano – e, neste caso, como direito dos estudantes do campo - o governo federal deixou a cargo dos governos estaduais a adoção de medidas e construção de estratégias para a educação na pandemia.

Esse distanciamento existente entre as decisões tomadas pelo governo federal e a realidade brasileira propiciou um ambiente de aprofundamento da precarização educacional. A desigualdade do acesso às tecnologias de comunicação e infraestrutura, combinada às insuficientes condições socioeconômicas para aquisição e manutenção de aparelhos individuais de acesso a elas, figurou um ambiente de ameaça ao direito à educação dos povos tradicionais e camponeses e acelerou a inserção da finalidade educativa vinculada à Reforma Empresarial da Educação (Freitas, 2018).

Os dados analisados evidenciam que a postura do governo federal efetivou uma negação ainda maior do direito à educação, em especial no que se refere às escolas públicas, e de modo direto aos estudantes do campo, e ainda reforçou a lógica da educação enquanto mercadoria a ser vendida e comprada, colocando as fundações e outras entidades privadas como grandes parceiras do poder público, ao acessar recursos públicos para vender seus “pacotes de educação remota”.

Considerações finais

No presente artigo buscou-se identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo, das águas e das florestas, em diferentes regiões do país, durante a pandemia de Covid-19, bem como analisar as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino remoto emergencial, com destaque ao uso das redes sociais.

A partir deste estudo foi possível analisar que o ensino remoto nas escolas teve sua qualidade comprometida pelo fato de os/as estudantes não terem acesso à internet de qualidade e não terem equipamentos adequados para acessarem as plataformas digitais disponíveis para a realização do ensino remoto. Outras dificuldades apontadas relacionam-se ao uso de materiais impressos e ao comprometimento do processo de ensino e aprendizagem a partir da necessidade de realizar o ensino remoto. Os impactos identificados confirmam a análise de que as escolas do campo, das águas e das florestas foram muito afetadas pelo ensino remoto por meio da internet, e as escolas indígenas tiveram mais dificuldades que as demais escolas do campo.

O conjunto das trabalhadoras e trabalhadores dessas escolas buscaram superar as dificuldades e tentaram, a muito custo, minimizar os impactos gerados a partir da política (ou ausência dela) de enfrentamento da pandemia direcionada à educação. O estudo leva a um questionamento a ser aprofundado, sobre em que medida as estratégias desempenhadas pelos educadores e educadoras se deu também em função de um tensionamento para continuidade, controle e fiscalização do trabalho dos e das docentes.

A partir da necessidade do distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19 e da dificuldade de acesso à internet e falta de equipamentos adequados para acessar as plataformas digitais, as escolas buscaram criar diferentes estratégias para dar continuidade à oferta das aulas. A “busca ativa” foi uma estratégia apontada nas entrevistas e vale o destaque para a atuação comunitária estabelecida nos assentamentos de reforma agrária vinculados ao MST, cuja organicidade para o enfrentamento da pandemia incluiu também as suas escolas, o que evidencia a importância do vínculo entre a escola e a comunidade, essencial para o enfrentamento de dificuldades dessa magnitude.

Dentre as estratégias identificadas, neste estudo foi possível aprofundar a análise acerca do uso da rede social, que além de um meio de comunicação com as famílias, foi utilizada de alguma forma na mediação do processo de ensino e aprendizagem. Embora, como revelado na pesquisa, essa rede social tenha sido muitas vezes a principal forma de comunicação entre escola e estudantes, o que possibilitou a continuidade do ensino durante o período de isolamento social, é fundamental compreender seu uso para além das qualidades e eficiência do aplicativo. O uso da rede social pode ser interpretado como a expressão de uma das facetas do capitalismo de plataformas e do avanço de empresas para obtenção e controle do mercado de dados e aplicativos de comunicação, visando à entrada no setor público de educação. Contraditoriamente, o uso das plataformas digitais é incorporado de diferentes formas ao Estado, entretanto, o acesso a políticas que garantam condições estruturais básicas continua subdesenvolvido.

Reitera-se que tais redes sociais e demais plataformas utilizadas, mesmo quando popularizadas, não suprem as demandas e relações necessárias no processo de ensino e aprendizagem, seja porque há déficits estruturais que permanecem na vida dos sujeitos, perpetuando a ausência de condições básicas para o atendimento pleno dos direitos, seja pela impossibilidade de constituir as relações de mediação e elaboração do conhecimento em todas

as suas dimensões para que ocorra o desenvolvimento humano numa perspectiva ampla e emancipadora.

Destaca-se, ainda, que a pesquisa em rede desenvolvida durante a pandemia, além de representar um desafio, possibilitou a construção de um panorama da realidade educacional do país vivida naquele momento, trazendo elementos das práticas, desafios e lacunas que permanecem. Potencializa, assim, em alguma medida, a construção de ações que possam contribuir com o trabalho docente e com o avanço de uma educação pública de qualidade.

Referências

ANDES-SN. (2020). Existe diferença entre o EaD e o ensino remoto?. In ANDES-SN. *Projeto do capital para a educação* (pp. 12-16). Brasília: Sindicato Nacional.

Freitas, L. C. (2018). *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular.

Freitas, L. C. (2020, 17 de abril). *EAD, tecnologias e finalidades da educação* [Blog Avaliação Educacional]. Recuperado de: <https://avaliacaoeducacional.com/2020/04/17/ead-tecnologias-e-finalidades-da-educacao/>

Janata, N. E., Batista, A. F., Verdério, A., Monaco, G. D. , Gehrke, M. , Gaia, M. C., & de M. ... Finatto, R. A. (2020). *Projeto de Pesquisa Educação e escolas do campo em tempos de pandemia da Covid-19*. Florianópolis, SC: UFSC.

Medida Provisória nº 934 (2020, 1º de abril). Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Recuperado de: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349#:~:text=Estabelece%20que%20as%20referidas%20dispensas.Fisioterapia%2C%20cumpridas%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20previstas>

Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec.

Moraes, A. (2022, 8 de julho). 94% têm conta em alguma rede social; WhatsApp lidera com 92%. *Folha de S.Paulo*, Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2022/07/94-tem-conta-em-alguma-rede-social-whatsapp-ldera-com-92.shtml>.

ONU. (2022, 28 de março). *Análise da ONU mostra ligação entre falta de equidade de vacinas e aumento da desigualdade*. Recuperado de: <https://tinyurl.com/2p8kbrba>.

Recomendação N° 036 (2020, 11 de maio). Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (lockdown), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Recuperado de: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020#:~:text=Recomenda%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20medidas,dos%20servi%C3%A7os%20atingido%20n%C3%ADveis%20cr%C3%ADticos.>

Saviani, D., & Galvão, A. C. (2021). Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *Universidade & Sociedade, ANDES-SN, XXXI(67)*, 36-49. Recuperado de: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf

Tricontinental. (2020). CoronaChoque: um vírus e o mundo. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, Dossiê n° 28. Recuperado de: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-28-coronavirus/>.

Tricontinental. (2021). Big Techs e os desafios atuais para a luta de classes. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, Dossiê n° 46. Recuperado de: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/11/20211026_Dossier-46_PT_Web.pdf

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 04/03/2024
Aprovado em: 19/05/2024
Publicado em: 23/08/2024

Received on March 04th, 2024
Accepted on May 19th, 2024
Published on August, 23th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Del Monaco, G., Silva, J. Z., Corrêa, A. J., & Leite, V. J. (2024). As escolas do campo, das águas e das florestas na pandemia de Covid-19: dificuldades e estratégias no ensino remoto emergencial. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e18524.

ABNT

DEL MONACO, G.; SILVA, J. Z.; CORRÊA, A. J.; LEITE, V. J. As escolas do campo, das águas e das florestas na pandemia de Covid-19: dificuldades e estratégias no ensino remoto emergencial. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e18524, 2024.